

## AVISO

### **Processo n.º 40/02-01 (2013)**

Conforme o ponto 9.1.2 do Aviso de abertura com vista ao recrutamento excecional de trabalhadores, para contratação em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho previsto e não ocupado no mapa de pessoal do Município de Peniche para o ano de 2013 na Carreira e Categoria de Técnico Superior (Turismo), publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 109, de 6 de junho de 2013, Aviso n.º 7460/2013, e em cumprimento do disposto no n.º 8 do artigo 9.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se pública, a Legislação Geral e Específica necessárias à preparação para a Prova de Conhecimentos Escrita, de realização individual, com consulta da legislação, a qual não poderá conter qualquer anotação, tendo a duração de 1 hora e 30 minutos (a que acrescem trinta minutos de tolerância) e a garantia do anonimato dos candidatos para efeitos da sua correção.

### LEGISLAÇÃO GERAL:

#### REFERÊNCIA A)

- ❖ Constituição da República Portuguesa, com a redação dada pela lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto;
- ❖ Despacho n.º 2074/11, de 27 de janeiro - Aprovação do Modelo de Estrutura Orgânica Hierarquizada para o Município de Peniche;
- ❖ Lei n.º 159/99, de 14 de setembro - Estabelece o Quadro de Transferência de Atribuições e Competências para as Autarquias Locais;
- ❖ Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro - Estabelece o Quadro de Competências, assim como o Regime Jurídico de Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias;
- ❖ Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, alterado pela Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro - Código do Procedimento Administrativo;
- ❖ Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro - Lei das Finanças Locais;
- ❖ Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro - POCAL;
- ❖ Lei n.º 98/97, de 26 de agosto - Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas;
- ❖ Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro - Estabelece os Regimes de Vinculação, de Carreiras e das Remunerações dos Trabalhadores que exercem Funções Públicas;
- ❖ Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho - Estabelece os níveis da Tabela Remuneratória Única correspondente às posições remuneratórias das carreiras e categorias gerais;
- ❖ Lei n.º 59/2008, de 11 setembro - Aprova o Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas;
- ❖ Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro - Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que exercem Funções Públicas.
- ❖ Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto - Lei de acesso aos Documentos Administrativos;
- ❖ Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, alterada pela Lei n.º 31/2008, de 17 de julho - Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e das Demais Entidades Públicas;
- ❖ Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto -Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro e pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril - Código da Contratação Pública;
- ❖ Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro - Regime Jurídico da Organização dos Serviços das Autarquias Locais;

- ❖ Lei n.º 29/87, de 30 de junho, alterada e republicada pela Lei n.º 52-A/2005, de 10 de outubro - Estatuto dos Eleitos Locais;
- ❖ Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro e respetivas alterações - Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais;
- ❖ Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março - Regime Jurídico do Saneamento Financeiro e do Reequilíbrio Financeiro Municipal;
- ❖ Lei n.º 27/96, de 1 de agosto - Lei da Tutela Administrativa;
- ❖ Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 29/2000, de 13 de março - Medidas de Modernização Administrativa;
- ❖ Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro - Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2013.

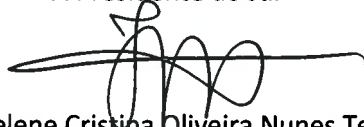
### **LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA:**

#### **REFERÊNCIA A)**

- ❖ Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março - Novo regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos;
- ❖ Decreto-Lei n.º 228/2009, de 14 de setembro - Alteração da redação de alguns artigos do Decreto -Lei n.º 39/2008, de 7 de março, aprovou o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos;
- ❖ Portaria n.º 1173/2010, de 15 de novembro - O novo regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 39/2008, de 7 de março, com a redação dada pelo Decreto -Lei n.º 228/2009, de 14 de setembro;
- ❖ Decreto-Lei n.º 393/85 de 09 de outubro - Estabelecimento e exploração das instalações elétricas de parques de campismo e marinas;
- ❖ Decreto-Lei n.º 220/2008 de 12 de novembro - Sobre segurança contra incêndio em edifícios;
- ❖ Portaria n.º 1320/2008 de 17 de novembro - A presente portaria estabelece os requisitos específicos de instalação, classificação e funcionamento dos parques de campismo e de caravanismo;
- ❖ Portaria n.º 1087/2010 de 22 de outubro - A presente portaria regulamenta o Registo Nacional de Turismo, adiante designado por RNT, define o respetivo âmbito e as condições da sua utilização;
- ❖ Regulamento n.º 306/2007 de 13 de novembro - Regulamento do Parque Municipal de Campismo de Peniche;
- ❖ Adenda ao Regulamento n.º 306/2007 de 13 de novembro – Regulamento do Parque Municipal de Campismo de Peniche - Assembleia Municipal a 12 de março de 2008, com entrada em vigor a partir de 1 de junho de 2008.

Peniche, 06 de junho de 2013

A Presidente do Júri



Dr.ª Josselene Cristina Oliveira Nunes Teodoro.